

EDITORIAL

Neste primeiro semestre de 2018, a Movimento – revista de educação publica a sua oitava edição on-line, composta por uma nova equipe editorial. Desde o ano de 2014, ela busca acompanhar as mudanças significativas ocorridas na sociedade, em níveis nacional e internacional, expressas na abordagem de diferentes temáticas.

A atual equipe editorial busca dar continuidade ao trabalho das antecessoras, reconhecendo os desafios a serem enfrentados diante do compromisso de contribuir não apenas para o debate em torno da educação público-estatal, de qualidade e socialmente referenciada, como também para tornar a Movimento um periódico científico reconhecido pelas instituições de ensino e qualificado sob a perspectiva dos órgãos avaliadores.

Foi a partir de novembro de 2017 que a atual equipe assumiu o desafio de tocar os rumos da Movimento com a publicação do dossiê temático *Políticas Públicas: debates, tensões e perspectivas*, cuja organização já estava sob a responsabilidade do Prof. Dr. Jorge Nassim Najjar.

De imediato, o título do dossiê nos permite localizar a atualidade e a necessidade dessa discussão para a América Latina e para o Brasil em particular. Afinal, trata das disputas de projetos de educação e dos próprios rumos da sociedade latino-americana. Assim, a partir de diferentes objetos de estudo, o referido dossiê contribui para um desvendar das políticas públicas no Brasil, na Colômbia e em Portugal, examinando com criticidade as contradições de seus respectivos cenários educacionais.

Depois de mais de três décadas de aplicação de políticas neoliberais na América Latina e na Europa, a ofensiva contrarreformista parece não dar sinais de esgotamento. Seus traços marcantes encontram-se: (i) nos processos de judicialização articulados ao forte aparato policial e militar, os quais garantem os golpes parlamentares e a criminalização das lideranças e das organizações de esquerda e dos movimentos sociais latino-americanos expressivos (sem-terra, sem-teto, indígenas, quilombolas, negros, gênero, estudantil); (ii) na concepção que toma as questões de ordem econômica como mecanismos técnicos, retirando da classe trabalhadora os direitos sociais e subjetivos; (iii) nos discursos de cunho moralista que, apoiados por intelectuais singulares e coletivos, buscam esgotar o papel político-social da educação e, sobretudo, do professor; (iv) nas políticas de Estado, apoiadas nas parcerias público-privadas, que apontam, cada vez mais, para a desqualificação e para o desmonte da educação, da escola e das universidades públicas; (v) na relação estreita entre os organismos supranacionais e o Estado (sociedade civil e sociedade política), que oferecem assistência administrativo-pedagógica, financiamento e instrumentos de avaliação para fazer valer os interesses da classe dominante por mediação de políticas públicas das esferas federal, estadual e municipal.

Nessa conjuntura, a Movimento – revista de educação da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), coerentemente com o pensamento crítico que lhe norteia, nessa oitava edição, oferta ao público oito artigos do dossiê temático, três artigos de demanda contínua, um documento, duas resenhas e uma entrevista.

A parte dedicada ao dossiê *Políticas Públicas: debates, tensões e perspectivas* conta com oito escritos. No primeiro, *Retrocessos e contrarreforma educacional: um ensaio sobre exclusão social em tempo de golpes*, Lucília Augusto Lino e Maria da Conceição Calmon Arruda analisam o processo da contrarreforma

implementado pelo governo Temer, marcado por forte controle da gestão e do currículo e pela redução de investimentos na área da educação, evidenciando o aprofundamento das desigualdades sociais.

Na sequência, *Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em política educacional no Brasil: mapeamento e reflexões*, Jefferson Mainardes, Silvana Stremel e Solange Toldo Soares procedem à revisão de literatura de cento e dezesseis publicações, tendo como objetivo revelar os aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em Política Educacional no Brasil, na medida em que apresentam um panorama dessa política como campo teórico e acadêmico.

Por sua vez, em *As políticas de qualidade e modelo de gestão na universidade colombiana*, Omar Cabrales aponta as modificações pelas quais passou a universidade colombiana nos últimos vinte anos, de modo a alcançar, segundo os interesses do mercado, os requisitos necessários para obter o modelo internacionalizado de universidade.

Já Abdeljalil Akkari, Mylene Santiago e Peri Mesquida tomam como ponto de partida a pesquisa documental e bibliográfica em torno das políticas públicas de educação. Seu artigo, *Políticas públicas em educação: tensões do contexto brasileiro*, tem como fito compreender as políticas educacionais no atual contexto de transformações econômicas, políticas e culturais, bem como discutir os desafios e os impasses da gestão do sistema educacional brasileiro.

Com base no documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), no Projeto de Lei (PL) nº 8.035, ambos do ano 2010, e no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005 de 2014, Jorge Najjar, Karine Morgan e Marcelo Mocarzel, em *Educação integral em tempo integral no Brasil: dos planos às incertezas*, ressaltam a descaracterização sofrida pelo primeiro documento quando de seu processo de tramitação no sentido de se estabelecer uma política

de indução à educação em tempo integral. Evidenciam que, no bojo do debate em torno da concepção de educação integral em tempo integral, criou-se o *Programa Novo Mais Educação*, o qual substituiu o então extinto *Programa Mais Educação*.

Em seguida, Denise Bessa Léda e Ana Paula Ribeiro De Sousa – *Políticas educacionais para o ensino superior de 2003 a 2012: expansão, precarização e privatização* – analisam o processo da contrarreforma da educação superior no Brasil entre os anos de 2003 e 2012. Evidenciam a continuidade do projeto de reestruturação da universidade segundo orientações dos organismos internacionais que propugnam a aplicação de políticas neoliberais na educação.

O artigo *Gestão democrática e utopia social: a gestão da escola pública na perspectiva de uma outra democracia* busca compreender a gestão democrática da escola pública brasileira a partir da perspectiva da utopia concreta da transformação social. Tomando como base esse aspecto de certa utopia democrática, João Carlos de Souza Anhaia Gino e Elisangela da Silva Bernado concluem que os mecanismos legais são progressos importantes para a gestão escolar democrática, mas que não a consolidam por completo.

Encerrando o dossiê temático, em *Avaliação das escolas e regulação político-normativa: uma análise de discursos*, Dora Fonseca e Jorge Adelino Costa analisam a perspectiva gerencialista da educação em Portugal, por meio de instrumentos legais emitidos pelo Estado, como a Lei nº 31 de 2002 e os relatórios de avaliação externa das escolas publicados pela Inspeção da Educação. No texto, os autores mostram que os organismos supranacionais como sujeitos coletivos aos poucos vêm assumindo o controle das políticas públicas de educação, tanto em nível nacional quanto internacional. Assim, as pressões e as regulações supranacionais acabam por ter um efeito de padronização e de homogeneização da educação, por meio de discursos

normativos e através de mecanismos de avaliação que dificultam a efetivação de processos autônomos pensados a partir dos sujeitos da escola.

A Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Licínio Lima da Universidade do Minho – Portugal à Daniela Patti do Amaral trata dos desafios e das tensões para a construção de uma agenda da gestão democrática das escolas públicas.

No espaço reservado à Resenha, Fábio Araujo de Souza e Leonardo Dias da Fonseca contribuem, respectivamente, para a leitura e as aproximações de dois textos, quais sejam: *Plano Nacional De Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira*, de Luiz Fernando Dourado, e *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*, de Stephen Ball, Meg Maguire e Annette Braun.

Na seção Documento, encontraremos *Debates e controvérsias em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, composto pelo Pedido de Vistas e do consequente Voto em Separado contrário das Conselheiras Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttman e Marcia Ângela da Silva Aguiar na sessão de aprovação da Base Nacional Comum Curricular pelo Conselho Nacional de Educação em 15 de dezembro de 2017.

Em Artigos, oferecemos três textos. Em *As transformações no mundo do trabalho em tempos neoliberais e suas implicações no trabalho docente*, Alessandra Costa busca evidenciar o modo pelo qual as políticas neoliberais e as transformações no mundo do trabalho modificaram a atividade docente e provocaram sua intensificação e sua precarização. Já Talita Santana Maciel e Tânia Suely Brabo, em *Análise histórica sobre o sentimento atribuído à infância e sobre o percurso da educação infantil: entre Avanços e Impasses*, elaboram o resgate histórico da forma pela qual as sociedades perceberam as especificidades da infância ao longo do tempo. Assim, procuram compreender o

desenvolvimento das concepções e das práticas de Educação Infantil que propiciam a afirmação da criança como sujeito de direitos na contemporaneidade, bem como da infância como categoria histórica e social indissociável das relações de produção. Por fim, Diego Mota e Denise Rocha Correa Lannes, em *Políticas curriculares no estado do Rio de Janeiro. O discurso do sujeito coletivo dos professores de Ciências*, tendo por base a Teoria das Representações Sociais e o Discurso do Sujeito Coletivo, analisam a fala de quinze professores de Ciências acerca do currículo mínimo.

A Movimento – revista de educação espera contribuir para a socialização do conhecimento produzido historicamente na perspectiva crítica da realidade concreta, tendo em vista a transformação das relações de produção e a reprodução da vida ampliada, sobretudo aquelas que permeiam a escola e a universidade.

Boa leitura!

Zuleide S. Silveira
Universidade Federal Fluminense,
Niterói, RJ, Brasil

Dinah Vasconcellos Terra
Universidade Federal Fluminense,
Niterói, RJ, Brasil